



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0200/11	DATA: 05/04/2011
INÍCIO: 14h40min	TÉRMINO: 17h08min	DURAÇÃO: 02h27min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h27min	PÁGINAS: 51	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Debate sobre modelos de sistemas eleitorais.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 7ª reunião ordinária, realizada no último dia 29 de março.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Solicito a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não havendo nenhum Sr. Parlamentar para contraditar, declaro dispensada a leitura da ata e a submeto à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, submeto-a à votação.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Expediente.

Ofício do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, justificando a ausência do Deputado Paulo Maluf, do PP de São Paulo, nas reuniões dos dias 22, 23 e 24 de março, em virtude de compromissos político-partidários nos Municípios de Salto e Americana.

Ordem do Dia.

A presente reunião foi convocada para darmos continuidade ao debate sobre sistemas eleitorais. Informo aos Srs. Parlamentares que hoje não haverá divisão por temas, que o debate será aberto e transcorrerá obedecendo-se à lista de inscrição, que se encontra à disposição dos interessados.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Debate aberto, porém vinculado ao tema *Sistemas Eleitorais — Majoritário ou Proporcional — e Suas Especificidades*.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, eu indago a razão pela qual houve a mudança. O que nós havíamos combinado, segundo me parece, era que haveria exposições; a primeira seria sobre o voto em lista, pelo nobre



Deputado Ronaldo Caiado e outros. Isso não foi possível fazer na semana passada em função do falecimento do ex-Vice-Presidente da República.

Eu indago em que momento foi alterado esse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Informo ao nobre Deputado Alfredo Sirkis que não houve mudança alguma. A primeira sessão foi aquela sugerida pelos representantes partidários, na reunião da quarta-feira, e na terça-feira seguinte tivemos aqui a exposição, inclusive por V.Exa., de todos os temas, de todas as propostas de sistema eleitoral — proporcional, com as suas derivações, e majoritário, com as suas derivações.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, segundo me recorde, nós havíamos, sim, combinado em fazer essa apresentação, que foi feita, que V.Exa. acabou de descrever, e que depois disso haveria a apresentação, em separado, das propostas de sistemas eleitorais. Haveria especificamente uma dedicada à apresentação e à discussão do voto em lista fechada; outra dedicada à apresentação e à discussão do chamado “distritão”, e assim por diante.

Não sei em que momento foi alterado esse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu quero insistir: isso a que V.Exa. acaba de se referir já foi feito. Foi feito exatamente quando a Presidência, mediante o entendimento, o acordo, concedeu a palavra por até 25 minutos a cada um dos Parlamentares inscritos. E foram vários inscritos. Salvo engano, 13 Parlamentares fizeram uso da palavra naquele dia, cada um fazendo a exposição do tema que defende, do sistema eleitoral que defende.

E ficou assegurado para a sessão seguinte, às terças-feiras, o debate por ordem de inscrição. Aí, sim, haveria debate, questionamentos, perguntas e respostas, cada um fazendo uso dos seus 5 minutos, concedendo aparte dentro do seu tempo. E logo depois nós sairíamos desse tema *sistema eleitoral* para o tema *financiamento de campanhas*.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, recorde-me de outra maneira: que haveria, sim, uma primeira reunião em que as várias propostas seriam simplesmente apresentadas — e foram, naquela reunião — e que as reuniões seguintes seriam dedicadas a discutir em profundidade uma proposta específica de alteração do sistema eleitoral.



Foi o combinado naquela reunião realizada fora daqui, em volta de uma mesa. Gostaria que outros Deputados que participaram dessa reunião acudissem em relação a este assunto. De fato, posso estar enganado, mas penso que não.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Eu não entendo a objeção do Deputado Sirkis. Se nós vamos discutir o sistema eleitoral, cada orador falará sobre o sistema que lhe é peculiar, que lhe é mais favorável. Eu, por exemplo, vou falar sobre um tema da minha preferência, sobre determinado sistema eleitoral. E cada um de nós vai expor a sua opinião. Então, não há necessidade de fixar. Porque o que se precisa saber no debate é a posição geral das pessoas em relação a cada tema. E esse será debatido na discussão do sistema eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Aliás, se o tempo não for suficiente para a sessão de hoje, nós abriremos outra sessão, ou mais duas, ou mais três, tantas quantas forem necessárias para debater o sistema eleitoral.

Com a palavra o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu queria, com todo o prazer, registrar a presença do Deputado Estadual Maurício Eskudlark, de Santa Catarina, que veio aqui também se inteirar da reforma política.

Faço esse registro com muita alegria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É prazer tê-lo em nosso meio.

Com a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Insisto em que o combinado naquela reunião — e o meu nome é Sirkis, não é Sarkis — foi basicamente que quatro terças-feiras seriam dedicadas à apresentação e à discussão em profundidade de propostas diferentes de sistemas eleitorais, cada uma num dia.

Pode ter havido em algum momento uma mudança desse entendimento. A minha questão de ordem foi justamente sobre em que momento esse entendimento foi alterado. Não tenho objeção, necessariamente, a discutirmos da forma como sugeriu V.Exa. Acho que será uma discussão menos aprofundada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu asseguro a V.Exa. e a todo o Plenário que teremos espaço e tempo suficientes para o aprofundamento do debate, embora qualquer questão, não obstante decidida anteriormente, possa ser reaberta a qualquer momento. O fato de discutir hoje um sistema e de esgotar a discussão de um sistema hoje, de iniciar pelo segundo ou na próxima sessão, eu acho que não vai alterar, até porque eles são correlatos e naturalmente vai haver esse choque, essa discussão mútua.

Antes de conceder a palavra ao Deputado João Paulo, eu convido o Deputado Henrique Fontana, Relator da Comissão, a vir à Mesa. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Permita-me, Sr. Presidente, já que V.Exa. convidou o Deputado Henrique Fontana, dizer da minha alegria de vê-lo novamente aqui, com o seu retorno. E também estou satisfeito porque seu filho está se recuperando do episódio acontecido. Vamos torcer para que tudo dê certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É o registro que a Presidência faz e a satisfação que manifestamos neste instante.

Com a palavra o nobre Deputado João Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente, é uma satisfação já ter encontrado o nosso querido Deputado Henrique Fontana, embora nem tenhamos podido conversar na reunião da bancada do PT.

Sr. Presidente, sei que não tivemos tempo hábil para isso, mas gostaria de dizer que estamos enfrentando aquele mesmo problema da semana passada. Eu mesmo estou na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e vou ter de ir lá para no mínimo registrar a presença; neste mesmo momento também está havendo reunião da Comissão de Desenvolvimento Urbano. De forma que fica muito difícil garantir participação mais ativa e mais efetiva... É aquela questão de que eu lhe falava ontem, ou seja, da importância das Comissões. Eu espero que nós possamos, já na próxima reunião, corrigir essa coincidência de agendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Inscritos para o debate estão os Deputados Vicente Arruda, Erika Kokay e Reguffe. Pela ordem, pede a palavra o Deputado Esperidião Amin. E, antes do início do debate propriamente dito, eu passarei a palavra ao nobre Relator, que deseja fazer uma manifestação.



Deputado Esperidião Amin, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, eu também quero que as minhas primeiras palavras sejam de boas-vindas ao Deputado Henrique Fontana. Quero lhe dizer que também acompanhei com muita solidariedade esses momentos que viveu.

Nessas ocasiões, eu sempre me lembro do livro *História de Cristo*, que valeu a reconciliação do Giovanni Papini com a Igreja — ele tinha sido excomungado porque escreveu o livro *O Diabo*. Naquele livro, ele diz que o amor mais perfeito do mundo é o do pai pelo filho. A frase é dele.

Eu acompanhei com muita solidariedade, Deputado Henrique Fontana, os momentos que V.Exa. viveu. Receba também o meu abraço de boas-vindas.

Sr. Presidente, a minha colocação é muito singela. Nós estamos tentando debater os sistemas eleitorais estruturados, ou seja, os conhecidos. São quatro, são cinco, são seis ou são sete? Com variantes, eles são em número impreciso. Mas eu chamo a atenção de todos para a necessidade de exatidão sobre o que estamos discutindo e faço uma sugestão.

Eu queria convidar todos a lerem o *Jornal do Senado* de hoje. Na página 4, a manchete diz assim: “*Eleitor prefere voto distrital e facultativo, diz DataSenado*”. Fala sobre uma pesquisa feita por telefone junto a 797 pessoas. Os dados, a meu ver, são contraditórios. Há uma resposta assim: 64% desejam que sejam os mais votados em cada “*pequena região do estado ou do município*”, coisa um pouco vaga para ser entendida como distrito; e 83% desejam que seja considerado eleito o candidato mais votado e querem votar no candidato; só 16% desejariam votar em lista de candidatos.

Portanto, sem nenhuma crítica à intenção da pesquisa, eu sugiro que leiam e percebam como é difícil interpretar pergunta e resposta.

Finalmente, faço uma sugestão: junto com aquela missão quádrupla — se ela for mantida, como espero —, de audiências em regiões, que seria feita antes da nossa deliberação sobre sistema eleitoral, e concomitantemente ao esforço liderado pela Deputada Luiza Erundina, ao qual me incorpo, por uma reforma política participativa, acho que deveria ser feita uma pesquisa estruturada, de maneira a se saber qual é a pergunta para depois se saber qual é a resposta, de maneira muito



clara. Sem que isso seja uma crítica à iniciativa, acho que o *Jornal do Senado* não contribui hoje para esclarecer.

Quando li essa pesquisa, lembrei-me de Garfunkel, aquele personagem de um desenho animado da televisão, que dizia o seguinte: “*Não vim para esclarecer. Eu vim para confundir*”.

A pesquisa me deixou um pouco confuso. Eu sugiro que nós estructuremos uma pesquisa também, junto com essas viagens quintuplas ou essa viagem quintupla aos Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. pela manifestação.

Devo dizer que estou recebendo a contribuição do Plenário para o agendamento desses fóruns, desses seminários pelos Estados. Já há uma disputa, digamos assim, entre Estados de uma mesma região, o que é muito bom. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais fez um oferecimento, mas hoje tive o prazer também de receber em meu gabinete a visita da Deputada Luiza Erundina, que manifestou uma preocupação e um desejo da Frente Parlamentar no sentido de que o primeiro encontro seja realizado em São Paulo, onde procura manter contatos para receber a Comissão e todos aqueles que desejarem participar.

Há também requerimento do Deputado Vitor Paulo, do PRB do Rio de Janeiro, para que o encontro na Região Sudeste seja feito no Estado do Rio de Janeiro.

Por falta de oferecimento e de lugares, não deixaremos de realizar os encontros, por exemplo, no Nordeste, nos Estados da Paraíba, de Sergipe e da Bahia; no Centro-Oeste, no Estado de Goiás — não há requerimento, mas já há uma solicitação do Estado de Mato Grosso; e também no Paraná e em Santa Catarina.

É evidente que desejo ver, na reunião com representantes de partidos, amanhã, se teremos condições de elaborar essa agenda, marcando o primeiro encontro para o primeiro final de semana, para a sexta-feira, logo após o feriado — salvo engano, da Semana Santa — que está por vir. E na quinta-feira apresentaríamos à Plenária, tomando já uma decisão.



Nesse sentido, respondo ao Deputado Esperidião Amin, dou as informações ao Plenário e concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado.

Cumprimento o Presidente e todos os meus colegas, Deputadas e Deputados, todos os assessores da Câmara dos Deputados e a imprensa que acompanha mais uma audiência pública da nossa Comissão.

As minhas primeiras palavras, Sr. Presidente, são de enorme agradecimento pelo carinho, pela rede de solidariedade que recebi de muitos amigos, dos meus colegas nesta Casa, da família, de toda a história de vida, neste período difícil que estou vivendo.

A frase que o nosso colega Esperidião Amin citou sintetiza tudo, porque realmente eu nunca tive sofrimento tão grande como o que estou tendo nesses dias. São 25 dias.

Serei muito rápido porque isso por muito tempo ainda vai me emocionar. E estamos aqui para fazer o nosso debate. Mas, publicamente, quero dizer aos colegas que o meu filho sofreu um acidente na terça-feira de carnaval. Ele sofreu fratura em três vértebras cervicais, foi operado na Santa Casa de Porto Alegre. Ele teve uma lesão medular. Neste momento, ele não está mais correndo risco de vida, motivo pelo qual estou aqui. Saí de lá com o coração muito dividido, porque ele ainda está internado, mas sem risco de vida.

E tenho muita fé, esperança e firmeza, como ele, que tem uma personalidade muito positiva, muito para cima — sempre foi um jovem muito determinado no seu caminho; ele tem 26 anos. Tenho enorme esperança e vou lutar muito ao lado dele para que se recupere desse trauma medular. Neste momento, ele está sem o movimento das pernas. Ele fará todo o tratamento necessário e, quando for o momento, virá a Brasília fazer um tratamento no Hospital Sarah, um grande centro especializado nesse tipo de tratamento.

Falei com o meu amigo Rubens Otoni e vou pedir aos meus colegas Parlamentares desta Comissão, a começar pelo Presidente, que entendam a solicitação que eu vou fazer. Estou tentando voltar para a minha atividade o mais normal possível, mas com a cabeça muito dividida. A minha grande prioridade, com base na frase tão bem citada pelo Deputado Esperidião, é estar ao lado do meu filho



e da minha família, incentivando-o a manter a firmeza que vem tendo até agora para enfrentar essa situação.

Eu entendo que a nossa Comissão vai funcionar melhor, Sr. Presidente, nas próximas semanas. Quem sabe daqui a alguns dias tenhamos outras notícias? Quem sabe eu venha aqui pedir para falar outra condição? Mas, para não criar ambiguidade, quero pedir à Comissão que, nestas próximas semanas, o meu colega Rubens Otoni continue respondendo pela Relatoria da Comissão. Vou participar de todas as reuniões possíveis, mas tenho consciência de que neste momento, por exemplo, não vou poder viajar numa sexta-feira, de que não vou poder participar de algumas reuniões de que gostaria de participar. Se as coisas clarearem daqui a um tempo, reassumo a função.

Por óbvio, a minha dedicação à Comissão e ao relatório vai ser enorme, vai ser total, vai ser de grande esforço. Mas entendo, S. Presidente, que a Comissão ficará melhor se estiver sentado ao lado dos colegas e se o Deputado Rubens Otoni estiver sentado aqui, pelas próximas semanas, como Relator.

Faço esse pedido e, imediatamente, compreendendo que todos vão aceitar o meu pedido, agradeço novamente por todo o carinho e pela solidariedade.

Se o Presidente permitir, farei esse convite ao Deputado Rubens Otoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Peço ao Deputado Henrique Fontana que se mantenha à Mesa, na condição de Relator, e convido o Deputado Rubens Otoni a estar conosco, aqui ao lado. *(Pausa.)*

Nos nossos debates, vamos conceder a palavra, por 5 minutos, ao nobre Deputado Vicente Arruda, para que S.Exa. faça a explanação que entender necessária, para que faça os questionamentos àqueles que fizeram exposições, para conceder apartes, se entender necessário e conveniente. Enfim, para abrir o debate com as teses que defende.

Com a palavra o Deputado Vicente Arruda.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Sr. Presidente, caros colegas, desejo inicialmente manifestar a minha solidariedade ao nosso querido Relator Henrique Fontana, o meu pesar pelo infeliz momento porque passa. Eu bem compreendo a dor e a preocupação que o afligem porque, como bem se disse aqui, o amor do pai é o mais puro e o mais fervoroso de todos.



Espero em Deus que S.Exa. tenha a felicidade de ver seu filho restabelecido, para a sua alegria, de sua família e de seus amigos.

Sr. Presidente, a reforma política é difícil porque cada um de nós tem um pensamento sobre o que é melhor para o País e sobre o sistema mais adequado à nossa realidade.

Historicamente, todos nós sabemos que há dois sistemas eleitorais: o proporcional e o majoritário. E há variações em cada um deles. No nosso caso, no Brasil adotamos o sistema proporcional com lista semiaberta. E no sistema proporcional há três tipos de variações: lista fechada, lista semiaberta e lista aberta. O nosso sistema é de lista semiaberta porque, ao mesmo tempo em que a lista é organizada pelo partido, o eleitor tem o direito de modificar e votar em um dos nomes da lista indistintamente, ao contrário do que ocorre com a lista preordenada.

Eu acredito que o nosso sistema é o melhor que existe, porque ele dá ao eleitor a oportunidade de, se preferir aceitar a lista como está, votar na legenda; se houver alguma preferência por alguém na lista, ele votará naquele. Não é uma lista aberta, é uma lista partidária.

Agora, a lista preordenada, no sistema brasileiro, é terrível. O nosso sistema presidencialista é imperial, em que os partidos realmente não podem fazer uma campanha programática, dizendo ao eleitor que vão governar o País de acordo com as suas diretrizes, porque quem faz essa diretriz e comanda o sistema de governo é o Presidente da República. Então, os partidos normalmente não prosperam, não se fortalecem no Brasil porque não vão governar.

E o nosso sistema partidário ainda é cheio de defeitos. Como disse o próprio Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, não poderíamos adotar o sistema de lista fechada porque, no Brasil, o presidente do partido é dono do partido. Não há Diretório Estadual estabelecido; ele escolhe as comissões provisórias e indica aquele que constará da lista em primeiro lugar.

Por outro lado, é preciso esclarecer o seguinte: com a lista preordenada há um afastamento total do eleitor do candidato. É uma coisa anônima. O eleitor não sabe... E nenhum partido do Brasil tem condições de fazer uma campanha eleitoral simplesmente citando o que o partido vai dizer, sem personalizar, sem “fulanizar” as pessoas. Nenhuma instituição sobrevive sem os seus líderes, sem as pessoas



carismáticas, aquelas que se comunicam com o povo. Toda instituição é uma ficção jurídica; o partido é uma ficção jurídica, é uma intermediação. Foi um sistema que se criou para tornar possível a apuração do voto. Surgiu no século XVII, na Inglaterra, para representar uma reação contra os impostos do rei. E, como instituição intermediária, não pode se superpor ao povo, ao eleitor.

Então, o mandato é popular, é a soberania popular. Se adotarmos o sistema de lista fechada, estaremos implantando um retrocesso, porque estaremos impedindo o eleitor de escolher o seu candidato dentre aqueles que constam da lista que o partido oferece.

Não há sistema eleitoral que cause ou provoque a corrupção. Todos são neutros. Tanto faz adotar o sistema majoritário quanto o sistema proporcional. O eleitor e a realidade cultural do País é quem vão dizer se vai haver ou não corrupção eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. tem mais 1 minuto, para a conclusão.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Quero dizer finalmente a V.Exa. que o sistema atual funciona muito bem porque estão representados no Parlamento todos os grupos, todos os interesses do País. É um retrato fiel do País. No sistema majoritário prevalece a governabilidade.

E, se nós tivéssemos de mudar o sistema atual por outro, acho que deveríamos adotar o sistema majoritário do “distritão”, sugerido pelo Vice-Presidente Michel Temer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço ao nobre Deputado.

Com a palavra V.Exa., nobre Deputada Erika Kokay, que dispõe de 5 minutos para a exposição da tese que compreende adequada. Dentro deste tempo V.Exa. poderá conceder apartes, questionar, inclusive os expositores que naquela sessão anterior fizeram a explanação acerca de cada um dos temas. Ou seja, V.Exa. está livre para, neste tempo, fazer uso da palavra e defender as suas teses.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero, antes de qualquer coisa, solidarizar-me com o Deputado Henrique Fontana. Vivemos a sua dor. E eu acho que, quando se é pai ou se é mãe,



perde-se a capacidade de viver e sentir apenas os nossos próprios sentimentos. Sentimos a dor e a alegria dos nossos meninos, muitas vezes muito mais do que eles.

Não vamos ter a exata dimensão, mas podemos intuir a sua dor e a sua preocupação e nos solidarizar com V.Exa., Deputado Henrique Fontana. Então, conte conosco e não se sinta só.

Sr. Presidente, creio que a democracia é o único regime que precisa de consciência política para existir. É preciso que tenhamos, portanto, um amplo processo de discussão e a participação do conjunto da população em uma reforma política, para que ela possa traduzir um sentimento dessa população, que é de indignação, ou de repúdio, mas que talvez não se consiga traduzir em propostas concretas. Esta é a função desta Comissão.

Nesse sentido, Sr. Presidente, acho que precisamos fazer uma reforma política de fato no nosso sistema eleitoral, para tirar as características que aqui foram pontuadas pelo Deputado Vicente no sentido de estabelecer uma lógica imperial, ou a lógica de que os partidos sejam apenas intermediários e não representem um arcabouço construído de ideias e de projetos.

Nós queremos que, nas eleições, os eleitores possam se pautar por ideias, por projetos. E o partido não é um ser abstrato, o partido é uma construção de ideias, de projetos e de posturas. Por isso, Sr. Presidente, defendo a lista fechada, preordenada, para que possamos valorizar e pontuar os partidos, para que possamos fazer o luto num país que tem tantas dificuldades de fazer luto — de fazer luto da ditadura militar, de fazer luto da escravidão, enfim, de fazer lutos. Que possamos fazer o luto da República Velha, porque a “fulanização”, a personalização representa processos vigentes ainda na República Velha.

Não queremos votar em características pessoais. Nós queremos que este Poder Legislativo represente ideias e produza o bom debate de ideias, fundamental para a evolução da própria consciência política, fundamental para que tenhamos aqui uma democracia de fato.

Mas, Sr. Presidente, ao falar em lista preordenada, acho que deveríamos avançar para além disso. Digo isso porque recentemente, há alguns dias, o Supremo reconheceu que é preciso manter um nível de desigualdade para que



possamos construir a igualdade, ou que não deveríamos tratar de forma igualitária os que são historicamente desiguais. Por isso validou o art. 41 da Lei Maria da Penha, considerando-o constitucional.

Remontemos à época de Rui Barbosa, que dizia: *“Quando estabelecemos igualdades para os que são cultural e historicamente desiguais, estamos fomentando a desigualdade e não a igualdade.”*

Por isso, Sr. Presidente, venho aqui defender as listas preordenadas, mas com alternância de gênero, as ações afirmativas, para que possamos tirar o Brasil da vergonhosa condição de ser o antepenúltimo país em participação feminina no Parlamento das Américas. A média de participação feminina no Parlamento brasileiro é de 9%; nos países árabes, Deputado Henrique Fontana, a média é de 9,6%; nos países da América, a média é de quase 21%!

Não podemos aceitar que, nesta Casa de 513 Deputados, haja 44 Deputadas eleitas. Não podemos bater no peito e dizer que esta Casa representa o povo brasileiro, que representa a verdadeira democracia.

Sr. Presidente, defendo as listas preordenadas e alternância de gênero. Para cada homem eleito, uma mulher eleita; ou, para cada mulher eleita, um homem eleito. Dessa forma, teremos nesta Casa um avanço na participação feminina, dentro da lógica de uma ação afirmativa, para romper essa desigualdade histórica.

Sr. Presidente, a desigualdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Desculpe-me interrompê-la no meio da oração, mas a nobre Deputada Íris de Araújo fez uma sugestão no sentido de convidar o Parlamentar que vai fazer uso da palavra a vir à Mesa. Quero dizer que está liberado, que V.Exa. pode vir à Mesa para falar daqui. Todos poderão estabelecer uma audiência melhor.

Fique à vontade, e os demais também.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, resta-me muito pouco tempo para concluir a minha explanação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Enfim, se deixarmos as coisas como estão, a expectativa é de que teremos de esperar o ano de 2050 para ver uma participação mais expressiva de mulheres no Parlamento. Não podemos, portanto,



carregar a condição de ser um país com número de mulheres eleitas superior, nas Américas, apenas ao do Haiti e da Colômbia.

Neste momento, é preciso seguir o que já foi feito em outros países, inclusive na Argentina, para assegurar, nas listas preordenadas, a alternância de gênero. É preciso adotar ações alternativas, seguir a esteira democrática da decisão do Supremo, que disse: *“Não há igualdade quando se trata de forma igual os desiguais.”*

Por fim, Sr. Presidente, em relação ao financiamento público de campanhas — que defendo também —, deveria haver um percentual destinado às candidaturas femininas. É preciso também trabalhar o horário de TV e o Fundo Partidário nessa perspectiva.

Não há condições de construir de fato uma democracia e uma sociedade justa e igualitária com o nível de subalternização que ainda paira sobre as mulheres, com as diversas formas de violência — as que deixam marca na pele e portanto são visíveis, e as que deixam apenas marca na alma ou na autoestima e são invisíveis.

Sr. Presidente, defendo as listas preordenadas, com alternância de gênero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. me concede um esclarecimento, por gentileza?

Embora esteja sentado aqui e esteja na Presidência, não falarei como Presidente. Como V.Exa. explicaria a hipótese de a legislação hoje estabelecer o mínimo de 30% para o sexo oposto àquele que está ocupando, nas listas das convenções, mais do que 30%? Anteriormente, a legislação falava especialmente em assegurar às mulheres, mas isso parecia discriminação...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A um dos gêneros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A um dos gêneros.

Como explicar que, com esse número, normalmente nós não conseguimos a adesão das mulheres, para participarem das convenções como candidatas? Nós não conseguimos atingir esses 30% hoje, embora seja uma determinação, uma obrigatoriedade da lei.

Como estabelecer nessas listas preordenadas a alternância de gênero? V.Exa. acha que as mulheres já estão, digamos assim, interessadas nessa participação, num número tão crescente como o que cita V.Exa.?



Aqui eu não estou estabelecendo nada. É apenas um esclarecimento que eu gostaria de...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Uma revitimização que se pode impor às mulheres, já tão vitimizadas por essa relação patrimonialista que as tornaram “coisificadas” na sua própria história — elas foram consideradas coisas, delas foi tirada a condição de sujeito —, é a de culpá-las pela ausência na representação, na vida política. Muitas vezes se tende a culpar os negros pelo racismo, os homossexuais pela homofobia e as mulheres pela ausência de participação no Parlamento.

Diria, Sr. Presidente, que é preciso haver igualdade de fato. Nós temos assegurados 30% para um dos gêneros no processo de disputa, nas candidaturas. Mas não temos. A disponibilização de recursos, da mesma forma. Mas não temos. O tempo de televisão disponibilizado da mesma forma.

Por isso, Sr. Presidente, quando assegurarmos a alternância de gênero, não haverá nenhuma dúvida de que teremos mulheres eleitas. A Argentina fez isso. E, no primeiro momento, qual foi a primeira reação? As mulheres foram para o final da lista, num processo de listas preordenadas do sistema político. E, obviamente, as mulheres não chegaram lá. Foi preciso fazer a alternância — no caso da Argentina, dois por um —, para que houvesse hoje 40% de mulheres no Parlamento.

Portanto, se nós vamos transformar esta Casa numa ressonância da sociedade, dos seus sentimentos, temos de possibilitar e fazer uma reforma política que assegure uma ação afirmativa. Que asseguremos as mulheres no Legislativo.

O SR. DEPUTADO VITOR PAULO - Deputada Erika Kokay, V.Exa. me concede um aparte? (*Pausa.*)

Diante do debate que V.Exa. traz, extremamente importante para todos nós — e quero parabenizá-la pela iniciativa —, quero só fazer um adendo em relação aos recursos...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO VITOR PAULO - Eu quero só ajudar. A minha intenção é a de ajudar.

Hoje, Sr. Presidente, o Fundo Partidário, destinado aos partidos políticos... E eu digo isso porque sou Presidente Nacional do Partido Republicano Brasileiro e



administro os seus recursos partidários. Hoje já existe, por força de lei, determinação segundo a qual, de todos os recursos que recebe, o partido tem de destinar 20% para a sua fundação ou o seu instituto, seja qual for, e de 5% a 7,5% para programas específicos para mulheres.

Então, já existe essa destinação, é obrigatória hoje. O partido recebe o recurso, transfere 20% para a fundação ou o instituto, e recebe de 5% a 7,5% para programa específico de incentivo aos programas das mulheres.

Em relação ao tempo de televisão, quem define é o partido. Se, como Presidente do PRB, eu obtive 10 minutos em rede nacional, o que vamos destinar às mulheres quem decide é o partido. Isso é cláusula *interna corporis*. A legislação não interfere nisso. Quem decide é a Executiva do partido. Se a Deputada vai usar 10%, 20%, 30% ou 40% de inserção no horário eleitoral gratuito, é uma coisa; no período eleitoral é outra coisa. São coisas totalmente diferentes.

Queria só ajudar, Deputada Erika Kokay, em relação a isso. É importante que fique registrado que isso já está previsto. Cabe aos partidos cumprir. V.Exa. é dirigente partidária, conhece bem o assunto. O partido tem de cumprir isso, naturalmente. A lei já está estabelecida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Antes de a Deputada Erika Kokay retomar a palavra, eu devo dizer o seguinte: o pedido de inscrição para uso da palavra, pelos 5 minutos, deve ser feito à Mesa.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - Eu quero só apartear, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agora, o aparte tem de ser pedido a ela, dentro do tempo dela.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - Não houve esse sistema, mas tudo bem. Vou apartear a Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu acho inclusive o seguinte: eu percebo que há uma cobrança do nobre Deputado no que diz respeito à questão do tempo. É uma obrigação eu cumprir esse tempo, evidentemente, se o Plenário exigir. Se o Plenário não exigir, eu vou usar a minha maleabilidade.

Se o debate não está sendo procrastinado ou se não está sendo proveitoso, a critério de todos, eu acho que não tem porque, em prejuízo do debate, nós



estabelecemos tempo rígido, até porque nós não temos hoje uma audiência muito grande com os Sr. Deputados. Devemos estar aqui metade dos membros da Comissão.

Portanto, acho que uma flexibilidade ajudará no aprofundamento do debate. Mas se for para exigir realmente tempo, eu cumprirei.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Eu só pediria a V.Exa. porque V.Exa. estabeleceu um método.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Pois não. Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Inscrição, 5 minutos, com direito ao aparte, dentro dos 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu estou confessando o meu erro. Eu estou confessando o meu erro.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Ao mesmo tempo, se prevalecer o aparte, nós podemos desconsiderar a lista, e todo mundo vai apartear. Provavelmente, quem se inscreveu para debater um tema, não exatamente o que está sendo debatido pela Deputada Erika Kokay, teria prejuízo.

Eu gostaria que V.Exa. estabelecesse, mesmo usando flexibilidade, e tudo bem.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - Sr. Presidente, eu estou com um aparte concedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu concordo com V.Exa. Vamos abrir a exceção para o Deputado Luciano Castro agora. Logo a seguir nós declararemos encerrado o tempo da Deputada Erika Kokay e passaremos ao seguinte inscrito, que é o Deputado Reguffe.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - É que a Deputada trouxe, efetivamente, uma proposta nova, diferente das propostas que aqui já foram colocadas. É algo novo. Daí o debate ser mais intenso. Quem não está a favor da proposta dela, começa, como eu, a querer colocar as coisas de forma mais clara,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Confesso que eu vi por aí.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - ...respeitando aquilo que a Deputada propõe.



Mas eu quero salientar que isso efetivamente só é válido se a lista for preordenada, a lista fechada preordenada. Se não for, se tivermos, por exemplo, o voto majoritário na circunscrição — que eu defendo e que V.Exa., não na qualidade de Presidente mas como Deputado, defende —, nós não teríamos também examinado essa possibilidade, já que vão se eleger os mais votados.

E aí, sendo homem ou mulher, é no voto. Se a mulher tiver mais voto, será ela, se o homem tiver mais voto, será o homem. Então, isso não importa. Aí a questão é do voto e não do sexo.

Quero deixar clara essa posição, porque eu estou neste Parlamento há 20 anos e vi evoluir e crescer a participação das mulheres, pela sua determinação e vontade, no País inteiro. Nós vimos a Presidenta da República chegar pelos seus méritos, seu trabalho, sua dedicação e pelo reconhecimento do seu próprio partido. Isso está acontecendo no Brasil inteiro.

Eu acho que não é preciso criar cotas. Este é o País das cotas. Nós não estamos querendo resolver problemas sociais nossos, ou mesmo de discriminação, com criação de cotas. Particularmente, eu sou contrário a isso, sempre fui, dentro desta Casa.

Mas eu quero dizer, inclusive, encerrando minhas palavras, que as dificuldades são tão grandes que — eu acho que muitos Parlamentares aqui vivem isso — quando nós vamos fechar as convenções, que nós precisamos preencher os 30%, nós não conseguimos candidatas, mulheres, para preencherem a cota dos 30%. É uma luta para fazer isso, e todos os Estados vivenciam isso.

Então, não adianta se criar circunstâncias. Eu acho que não é essa a proposta. A proposta é se estabelecer, no âmbito dos partidos, efetivamente, aí é um problema interno dos partidos, uma condição melhor; que o partido dê condição melhor às mulheres de participar das suas eleições.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente, ao oradora me permite um aparte? Posso pedir um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A palavra está com a Deputada Erika Kokay, já para concluir dentro do seu tempo. Eu gostaria, se V.Exa. me permitir, Deputada Íris, de inscrevê-la e dar a palavra para V.Exa. defender essa



tese com mais tempo, inclusive, reabrindo o debate e concedendo o aparte a outros Parlamentares.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Eu gostaria, Sr. Presidente, apenas de acrescentar alguma coisa. Por isso, eu pedi a palavra aqui para a Deputada, e me parece que ela a está concedendo. Trata-se de uma coisa pequena, mas que eu considero da maior importância, até porque foi levantado de alguma forma pelo Deputado Luciano agora, quando ele se refere a essa questão da inserção da mulher dentro do processo político por eleição.

Eu considero, Deputado, que talvez exista, de uma certa forma, uma visão um pouco distorcida até nossa, de mulheres, em relação a isso. Por quê? Por exemplo, na questão das cotas, eu concordo com o Deputado, quando ele diz que, quando chega a época de fechar, não se conseguem mulheres, e aí vão se procurar “laranjas”, que, depois, não ganham a eleição e vão desestimular um universo feminino a participar.

Então, eu considero que o problema está nos partidos políticos, na visão que o partido político tem. É uma cultura que nós herdamos e que tem que mudar em relação à mulher. V.Exa. tem toda razão, como eu também tenho, de defender essa participação. Mas nós temos que levar em consideração também a direção partidária, porque mulher não pode apenas ser utilizada em época de eleição para mobilização. Ela tem que fazer parte do conselho político; ela tem que fazer parte da administração e da direção dos partidos políticos.

Como dirigente partidária que eu fui por dois mandatos no meu Estado — fui eleita e, depois, fui reeleita — e, na condição de Deputada Federal, mais votada por duas vezes, graças a Deus, pelo trabalho e pela história que eu tenho no Estado junto com outras, eu considero que muitas mulheres estão sendo desestimuladas. E não vai ser apenas por pequenas regras que isso mudará, se nós não vencermos essa barreira cultural que existe dentro dos partidos.

Era apenas para acrescentar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, só para encerrar. Eu acho muito bom que nós possamos dar visibilidade às paredes e aos tetos de vidro, porque existem paredes e tetos de vidro que teoricamente, por serem de vidro, são invisíveis. Ao se dar visibilidade, percebe-se que nós não temos uma democracia de



fato no que diz respeito às mulheres e à sua participação. As mulheres até adentram o espaço público, mas o espaço privado não é repartido como deveria ser. Continua a ser um espaço específico e exclusivo das mulheres.

Sugeriria, Sr. Presidente, que nós pudéssemos fazer uma audiência pública para discutir alternância de gênero e como nós podemos construir uma reforma política que realmente avance na perspectiva da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Eu estou convencida — e fui convencida num processo — de que nós temos que ter alternância de gênero. Como a humanidade caminha para o avanço e para a igualdade, nós chegaremos ao nível de igualdade, mas em um processo muito penoso e muito lentamente. Por isso as ações afirmativas, como fez o Supremo agora. O Supremo, em verdade, validou uma ação afirmativa. O art. 41 da Lei Maria da Penha estabelece tratamentos desiguais para os que são desiguais.

Eu estou apenas aqui remontando isso e traduzindo na discussão da reforma política. E eu sugeriria que nós pudéssemos realizar uma audiência pública para discutir alternância de gênero e a participação de mulheres nesse processo, que passa por educação política, para vencer a lógica patriarcal de quem se sente dono das pessoas, como se as mulheres fossem objetos, coisas e não sujeito da sua própria vida, sujeito do seu próprio destino.

Portanto, eu sugiro isso, Sr. Presidente. Vou formalizar posteriormente para que nós possamos travar aqui uma discussão sobre alternância de gênero na reforma política.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Se a autora concordar, eu subscrevo o requerimento de audiência pública. Eu não apoio voto em lista, mas eu acho que essa é uma discussão muito relevante e V.Exa. coloca com muita pertinência a questão de uma cultura que vulgarmente é chamada de machista, porque traduz mesmo a realidade. É a simplificação da realidade, a cultura é essa. E acho bom debater. Eu fico contra o voto em lista, mas sou muito a favor desta igualdade de gêneros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Miro Teixeira, V.Exa. antecipou as palavras que eu iria dirigir à Deputada Erika Kokay, no sentido de que V.Exa. deve fazer o requerimento e indicar a pessoa para a exposição em



uma audiência pública. O Plenário, por certo, vai aprovar, como tem aprovado todos os requerimentos. E reabriremos o debate. Confesso que é a primeira vez que vejo nesta Comissão o debate do tema, da matéria que V.Exa. traz na tarde de hoje.

Com a palavra o Deputado Reguffe.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, eu queria primeiro prestar minha solidariedade ao Deputado Henrique Fontana. Fiquei muito tocado com a sua fala aqui. E só quem viveu um problema grave de saúde na família sabe o que o senhor está passando. Receba a minha sincera solidariedade.

Com relação ao sistema eleitoral atual, Sr. Presidente, o proporcional de lista aberta, é um sistema desastroso na minha concepção. Ele faz com que o eleitor vote em um e eleja outro. Ele faz com que o eleitor perca o direito do voto dele no meio do processo. Não me parece isso um bom sistema. Às vezes ele elege uma pessoa que ele não gostaria de eleger em hipótese alguma. Faz com que um candidato do partido brigue com o candidato do mesmo partido. Favorece o uso e o abuso do poder econômico.

Além disso Sr. Presidente, dificulta o debate. Na última eleição para Deputado Federal em São Paulo, nós tivemos 1.131 candidatos. Qual é o debate que existe com 1.131 candidatos? Nenhum. Há uma despolitização do processo eleitoral. Qual é o debate que existiu aqui no Distrito Federal, por exemplo, com 855 candidatos a Deputado Distrital? Nenhum. Parece uma eleição de quem tem mais para gastar do que um debate de ideias como deveria ser um processo eleitoral. Então, o sistema eleitoral atual, na minha opinião, é desastroso.

Eu ouvi aqui atentamente cada um dos temas, na sessão na qual foram expostos. Eu volto a insistir na sugestão de que uma parte das vagas seja escolhida pelo sistema distrital. O sistema distrital é o que aproxima eleito de eleitores; é o que facilita a fiscalização dos mandatos, porque a pessoa vai ter que fiscalizar um só. Ele barateia a campanha, porque a campanha não vai ser feita mais no Estado todo; vai ser feita apenas em um local — diminui a área geográfica e barateia a campanha. Ele traz a política para perto do cidadão. Ele torna a política mais acessível ao cidadão comum. E vai passar a haver debate, o que vai exigir também que se discutam os grandes temas.



Além disso, Sr. Presidente, é um sistema que prevalece em várias partes do mundo: Estados Unidos, Inglaterra e França, onde, inclusive, há dois turnos dentro desse sistema. Aproxima eleito de eleitores e traz a política para perto do cidadão. E ele propicia também que seja implantado o que eu considero a grande revolução dessa reforma política, que é o financiamento exclusivamente público de campanha, para acabar com essa promiscuidade nojenta que existe hoje entre público e privado, na vida pública. Vai ser o dinheiro mais bem investido da história do Brasil, na medida em que cada distrito vai ter um candidato apenas por partido. Vai acabar com essa coisa de candidato do partido brigar com candidatos do mesmo partido.

E pode-se reservar uma outra parte das vagas para candidatos que disputem votos no Estado inteiro. Então, isso permite que se tenha um sistema que traga representantes de todas as correntes de opinião que existem dentro da sociedade. E permite melhor acesso do cidadão comum à política, na medida em que ele vai disputar voto apenas ali, no distrito dele, numa parte dessas vagas.

Eu também queria colocar aqui a minha posição, que inclusive é a posição do meu Partido, Sr. Presidente, de que, após a deliberação da reforma política, que isso seja levado ao voto da população, por referendo ou por plebiscito. Nós precisamos melhorar mecanismos de democracia direta, e vai ser importante a população debater esses temas também, entender o que significa cada um desses votos. Isso vai inclusive politizar a população. Então, na minha concepção, isso vai ser positivo.

E, com relação a que isso possa personalizar demais a vida pública, mais do que está é impossível, na minha concepção. Nós podemos trazer alguns mecanismos, como o mecanismo da revogabilidade de mandatos, que vai exigir que os candidatos tenham que registrar, para serem candidatos, suas propostas e compromissos na Justiça Eleitoral. Ele publicaria essas propostas e compromissos no seu *site*. Isso, num ponto futuro, poderia fazer o eleitor começar a votar nas propostas e não simplesmente nos nomes. Uma vez eleito, qualquer eleitor, tendo votado nele ou não, poderia pedir o mandato dele de volta, se ele não cumprisse qualquer um daqueles compromissos que ele registrou na Justiça Eleitoral, na hora de pedir a representação da população. Isso exigiria que as pessoas representassem mais ideias, mais propostas, mais compromissos e menos o seu próprio nome.



O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deputado Reguffe, só uma pergunta. Na primeira parte da sua colocação em relação ao voto distrital, o que definiria a área geopolítica de cada distrito? E quem definiria?

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Na minha concepção, isso aí ficaria a cargo da Justiça Eleitoral, que definiria de acordo com o número de eleitores por área, até para que houvesse uma representação equânime, de acordo com o número de eleitores de cada área. Seria dividido pelo número de eleitores.

O SR. DEPUTADO RIBAMAR ALVES - Deputado, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Claro.

O SR. DEPUTADO RIBAMAR ALVES - Eu acho muito bacana, bonita a proposta do Deputado Reguffe, filosoficamente falando. Mas eu acho que, na prática, nós temos aí uma questão de mérito muito difícil de ser cumprida, porque, ao registrarem a proposta, todos os candidatos elaboram o seu programa de governo, pensando que tudo vai de bem a melhor. No entanto, vamos imaginar aqui, eu na condição de Prefeito da minha cidade, Santa Inês, no Maranhão, que eu tenha, na minha concepção, um projeto estruturante para a cidade no sentido de viabilizar várias vias importantes de desenvolvimento.

O Município do Maranhão depende basicamente das transferências governamentais federais, dos recursos federais. De repente, o Governo Federal, no regime presidencialista, segura os recursos como está segurando, como Lula segurou e como a Presidente Dilma está segurando. As minhas propostas vão ser inviabilizadas por terceiros. Suponha que haja uma crise internacional ou uma crise qualquer na economia do País, aí eu não vou poder cumprir aquelas promessas.

Então, bonito do ponto de vista filosófico, mas acredito que é muito difícil de ser cumprido, porque eu não dependo diretamente apenas do ator principal, do Prefeito, do Executivo. Vou depender também de outros atores que estão envolvidos.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Só para concluir, Sr. Presidente, e respondendo à colocação que o Deputado fez agora, quero apenas dizer que ele só vai registrar na Justiça Eleitoral o que ele tem certeza de que vai cumprir. Ele vai dar essa garantia para o eleitor. O que não depender apenas dele — há coisas que não



dependem —, ele não vai poder registrar, porque ele não vai ter essa garantia. Então, o eleitor, na hora em que der um voto nele, ele vai ter a garantia de que aquelas propostas e aquelas ideias concretas serão colocadas em prática, porque, senão, a pessoa não completa o mandato.

Vou dar um exemplo prático. Se um candidato a Governador, por exemplo, do Distrito Federal apresenta o compromisso de que vai construir um novo hospital na Ceilândia, e um outro candidato a Governador do Distrito Federal diz que vai construir um novo hospital na Ceilândia, entregar com 200 leitos e entregar em até 1 ano do mandato, o eleitor vai tender a votar nesse segundo, porque ele vai ter a garantia de que a pessoa vai ter que construir, entregar com 200 leitos e entregar em até um ano do mandato, porque, senão, a pessoa não cumpre os outros três. Isso seria uma forma de exigir que os candidatos assumissem compromissos claros, objetivos, e que o eleitor tivesse a garantia de que seriam cumpridos. O que não depender apenas dele, ele não vai colocar; ele vai dizer que vai tentar, mas não vai colocar como compromisso. Essa seria uma forma de garantir compromisso. Eu acho que melhoraria um pouco o sistema. Essa é a minha colocação.

Voltando ao sistema eleitoral, só para concluir, Sr. Presidente, penso que nenhum sistema é perfeito. Mas é preciso que se consiga trazer da sociedade representantes das mais diversas correntes que nela existem, e também fazer com que a política se torne mais acessível ao cidadão comum, porque hoje, infelizmente, por causa do uso e do abuso do poder econômico, a política não é acessível ao cidadão comum.

Então, penso que um sistema em que uma parte das vagas fossem preenchidas por eleitos pelo voto distrital, e uma outra parte, por eleitos por um Estado inteiro, com financiamento exclusivamente público de campanha, seria um sistema mais próximo do que eu acho que poderia ser o sistema ideal. Teria que ser testado, mas, com certeza, seria melhor do que o atual sistema desastroso que temos, na minha opinião.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Silvio Costa.



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu não tenho o privilégio de participar desta Comissão porque não consegui a indicação. Mas minha questão de ordem é a seguinte: V. Exa., de acordo com o Regimento, tem 6 meses para concluir os trabalhos desta Comissão e poderá, evidentemente, prorrogar o prazo por mais 3 meses. Com toda a experiência que V. Exa. tem, eu gostaria de saber se V. Exa. estabeleceu algum critério de votação aqui, porque, veja, todos os dias sai uma notícia no Senado: *“Senado aprovou lista; Senado aprovou isso; Senado aprovou aquilo.”* E aqui nós aprovamos o quê? Então, faço esta questão de ordem porque Prefeitos e Vereadores devem estar procurando todos nós, preocupados com o processo eleitoral de 2012. E eu tenho comunicado a eles que acho que não vai haver nenhum tipo de mudança para 2012.

Então, a questão de ordem que faço é a seguinte: V. Exa. acha que nesta Comissão... Nós estamos num momento em que o Ministro Ricardo Lewandowski jogou a pedra e disse que se alguém entrasse no Supremo questionando a constitucionalidade do chamado Projeto Ficha Limpa, ele poderia ampliar esse debate no Brasil. V. Exa., em algum momento, na condição de Presidente da Comissão, já imaginou se cabe colocar o debate do Ficha Limpa aqui — esta é a minha questão de ordem —, para que esta Comissão analise a sua constitucionalidade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu recebo a manifestação de V. Exa. não como uma questão de ordem. Mas a recebo como pelo menos um pedido de manifestação, para explicar o entendimento da Presidência.

Em primeiro lugar, eu acho que, em se tratando de matéria eleitoral — e ela está, em princípio, normatizada na Lei Complementar nº 64, com as alterações —, é assunto para a proposta da reforma política, sem dúvida alguma. Ela se dará nos planos constitucional e infraconstitucional. No infraconstitucional, por meio de leis complementares e ordinárias.

Quanto à questão do Senado, devo dizer, repetindo mais uma vez, que o Senado adotou um procedimento; a Câmara, outro. O Senado adotou o procedimento de uma Comissão sem Relator, a sistemática de não debater com a sociedade e, ao final de cada sessão, toma uma deliberação. A Comissão da Câmara dos Deputados tem prazo de 6 meses; realiza audiências públicas, debate



com a sociedade, inclusive nos Estados. Com certeza, teremos um relatório a ser produzido pelo Relator, que também será debatido, após o debate com a sociedade e entre os membros desta Comissão. Ao final, haverá deliberação para o encaminhamento, espero que ao Plenário, por conta de uma decisão que a Presidência da Casa irá tomar dando competência especial a esta Comissão para emitir parecer acerca de propostas de emenda à Constituição.

Prosseguindo o debate, com a palavra o nobre Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, prezados colegas, eu acho que nós, neste momento, estamos discutindo sistema eleitoral. Também cabe a pergunta: de que maneira vamos concluir esse debate sobre sistema eleitoral e como vamos deliberar a esse respeito? Eu acho que isso deve ser motivo de reflexão.

Devemos ter um limite de reuniões para discutirmos esse assunto, passarmos por uma fase de concertação e de afunilamento de propostas. Penso que devemos procurar nos fixar numas três ou quatro alternativas, no máximo. Na forma de votar, parece-me que seria de bom alvitre cada um de nós poder optar por um sistema prioritário e termos um segundo como alternativa.

Por que digo isso tudo? Porque não adianta termos — tenho dito sempre isso — essa discussão como se isso nunca tivesse sido discutido no Congresso Nacional, como se isso fosse uma questão inteiramente nova e não dependesse de uma realidade política muito concreta e de uma correlação de forças muito concreta.

Para mim, é evidente que aqui ninguém vai conseguir aprovar o sistema eleitoral de seus sonhos. Aqui vai haver um processo de negociação política que leva em conta a correlação de forças, a preferência e até a contrapreferência. A preferência é aquilo que cada um achar melhor; a contrapreferência, evitar aquilo que cada um achar pior.

Então, Sr. Presidente, esse é um sistema de discussão extremamente sutil e tem que ser conduzido de forma muito imparcial e objetiva.

Eu entendo — e depois da manifestação do Senado penso que, de alguma forma, isso se confirma — que existem duas grandes teses em debate neste momento no Congresso Nacional. Digo duas grandes teses não porque as teses em si sejam grandes, mas porque os dois maiores partidos as defendem. Entendo que o



PT defende o voto por lista fechada; entendo que o PMDB defende o chamado distritão, voto majoritário que tem o Estado como sua circunscrição eleitoral.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - O PMDB não defende o distritão.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Uma boa parte.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Não, não. Então, fale da boa parte.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Uma boa parte do PMDB defende...

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Eu não faço parte...

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Temos ainda algumas outras.

Uma grande parte. Boa parte não é parte boa, necessariamente, mas seria uma grande parte.

Então, uma grande parte do PMDB defende o distritão; o PT defende o voto por lista e temos, ainda, algumas vozes que defendem, por exemplo, o voto distrital puro e também o voto distrital misto uninominal.

Vou começar pelo menos complicado.

Em relação à questão do distrito uninominal, independentemente de ser voto distrital puro ou voto distrital misto, parece-me muito difícil, em osso País, no atual momento, e com o tipo de eleição que temos, conseguirmos dividir o País, num dia de votação, em 513 distritos eleitorais para Deputado, mais xis, que eu não sei, neste momento, quantos são, para Deputado Estadual.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Que não são os mesmos.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - É, que não são os mesmos. Então, existe a questão de uma coincidência no tempo e não no espaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Algo em torno de 1.200.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Exato. No caso do Rio de Janeiro, seriam 46 distritos para Deputado Federal e 70 para Deputado Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Para Vereador, 57 mil.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sim. Mas aí é uma eleição diferente, num outro ano. Então, para Vereador não haveria tanto problema.

Acho que nós devemos perseguir a simplicidade. Nada que confunda terrivelmente o eleitor, de fato, pode prosperar. Por essa razão, penso que o voto distrital uninominal, seja ele puro, seja ele misto, é problemático no nosso País, além



do aspecto de que essa divisão nunca é neutra. Quem faria a Justiça Eleitoral? O IBGE? Penso que, de fato, o voto distrital uninominal é problemático.

Então, tenho defendido, nestas reuniões, mais por pragmatismo do que propriamente por ser o sistema que mais agrada ao meu coração, o sistema do voto distrital misto plurinominal. Já falei que sou, em tese, partidário do voto proporcional por lista fechada, mas penso que ele não é viável, pela correlação de forças que existe no Congresso Nacional e na própria sociedade brasileira, entre os formadores de opinião, a opinião pública, a opinião publicada, tudo isso. Penso que a probabilidade maior, com toda a sinceridade, é que nada aconteça de novo nesse processo da reforma política brasileira.

No entanto, penso existe uma chance de aprovarmos uma proposta pragmática que melhora, em alguma coisa, a nossa atual situação. Por isso, tenho defendido a tese do sistema do voto distrital misto plurinominal, que vem a ser: metade das vagas preenchidas pela lista partidária, tal qual proposto pelo Senado, e a outra metade preenchida por voto majoritário. Aí, há três hipóteses. Primeira hipótese: o distritão, tal qual proposto por grande parte do PMDB. Segunda: o voto majoritário distrital, por um sistema de grandes distritos, em que seriam definidos nos Estados três ou quatro grandes distritos, elegendo-se de 8 a 12 Deputados nesses distritos. A terceira hipótese seria uma combinação dessas duas, em que, a princípio, numa primeira eleição, seria, nesse caso, numa componente majoritária, o distritão, mas que nos Estados, e depois, em relação ao pleito municipal, nas cidades onde haja segundo turno, houvesse a possibilidade de o Estado optar um sistema de grandes distritos e definir, dentro de um número máximo e um número mínimo de Deputados, o desenho dos seus grandes distritos.

Esse sistema de grandes distritos vige em alguns países. Na Itália, na era pré-Berlusconi, havia esse sistema. A Itália estava dividida em grandes distritos que elegiam não sei quantos, mas, com certeza, mais de um, digamos, cinco ou seis Deputados.

Então, parece-me que esse sistema, por um lado, fortalece os partidos políticos na sua componente por lista. Por outro lado, consagra, no seu componente majoritário, aqueles políticos que, de fato, têm representatividade, têm voto. Quem perde, nesse sistema? Perdem os bagrinhos, o chamado baixo clero, aqueles que



são eleitos na rabeira daqueles que, de fato, puxam os votos na sua votação pessoal.

Isso é mais fácil de ser absorvido pela nossa cultura e pelas chamadas opinião pública e opinião publicada. Qual é a principal crítica que se faz ao sistema de voto por lista? É que o eleitor perderia a possibilidade de votar no seu candidato pessoal. Nesse sistema, as duas possibilidades estão consagradas. E, na hora de votar, não é uma complicação excessiva. Em vez de fazermos, como hoje fazemos, ou voto de legenda, ou voto nominal, faríamos o voto de legenda e o voto nominal, em que o eleitor começaria votando para Deputado Estadual num número de partido — estaria votando na lista — e depois votaria num número de candidato. E a mesma coisa para Federal. Então, é um sistema extremamente simples, não complicaria a vida do eleitor em nada, e poderíamos ter, ao mesmo tempo, o fortalecimento dos partidos e a consagração da liderança individual dos políticos mais votados, escapando da condenação que existe, em parte, injustificada, mas, em grande parte, em função da nossa cultura política de longa data, a impossibilidade de se votar numa pessoa. O eleitor continuaria votando no seu candidato, mas com a garantia de que aquele voto não elegeria, automaticamente, alguém no qual ele não votou. Como existe no sistema atual.

Então, parece-me, a princípio, que não é o sistema da preferência de ninguém, mas, por outro lado, parece-me que é o mais aceitável por todos.

Para concluir, digo novamente que não conseguiremos aprovar o sistema ideal de cada um de nós. Se formos levar em conta correlação de forças e possibilidade de negociação, tenho a impressão de que essa proposta é a única que oferece a possibilidade de um acordo mais amplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço ao Deputado Alfredo Sirkis a manifestação.

Estão inscritos os Deputados Rubens Otoni, Danilo Forte, Alceu Moreira, Waldenor Pereira, Luiz Alberto, Henrique Fontana, Daniel Almeida e eu, lógico, não na qualidade de Presidente.

Eu vou fazer uma inversão na lista dos inscritos com o Deputado Rubens Otoni apenas para dizer o seguinte, gastando rapidamente o meu tempo. Observem como o debate é extremamente importante. Ao chegar nesta Comissão, a fim de



iniciar o debate, eu não tinha o plebiscito como ideia central para a resolução do sistema eleitoral. Há poucos instantes, o Deputado Alfredo Sirkis colocou uma questão que a Casa conhece, porque já foi objeto de deliberação nesse sentido, qual seja a impossibilidade do *quorum* qualificado de três quintos para alterar a Constituição quanto ao sistema eleitoral. Portanto, precisaria chegar a entendimentos.

Em outras palavras, há um sistema eleitoral mitigado, há um sistema eleitoral diminuído, apequenado, corrompido; há um sistema eleitoral que...

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Pela ordem.

De forma nenhuma propus um sistema eleitoral corrompido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Corrompido na expressão. Eu não atribuí essa palavra a V.Exa. Sou eu que estou atribuindo.

Ou seja, um sistema eleitoral não clássico adotado, como o distritão ou o distrital. Um pouco de sistema proporcional e um pouco de sistema majoritário.

Eu entendi que a intenção de V.Exa. é no sentido de usar lista fechada, que é sistema proporcional, e distrital, que é sistema majoritário. Ou seja, nós não usamos...

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - V.Exa. está levantando um falso problema. Existe na Alemanha o voto distrital misto, que é exatamente isso, só que o formato do distrito é diferente: é um distrito uninominal. Eu estou propondo um distrito plurinominal.

Agora, Sr. Presidente, se me permite, acho que V.Exa. deveria se abster, inclusive por sua condição de Presidente, de emitir juízos pejorativos em relação a propostas que estão sendo feitas aqui.

Nós estamos numa discussão séria. Eu acho que V.Exa., em outros momentos, já se excedeu. A condição de Presidente lhe dá, sim, o direito de defender uma proposta, porém lhe recomenda um certo equilíbrio na forma de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Bom, se o Plenário entender que o Presidente, na condição de membro da Comissão, não pode fazer uso dos 5 minutos, pela inscrição que fiz, eu vou considerar, evidentemente, que é um cerceamento de defesa, de direito de debate.



O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - V.Exa. tem direito sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Estou colocando palavras aqui não na expressão de V.Exa.

Eu vi V.Exa. defender aqui um sistema cuja parcela, de um lado, era distrital e, de outro, em lista fechada. Distrital é majoritário e lista fechada é proporcional. Isso significa mitigar, diminuir tanto um sistema quanto o outro. Não se adotaria um, no seu caráter clássico, nem o outro.

É apenas o debate a que estou me propondo e fazendo uso, da mesma forma que todos os senhores.

Digo isso para concluir com a seguinte afirmativa: concordo com V.Exa. quanto à dificuldade de *quorum* qualificado. Já comentei hoje com alguns Parlamentares, inclusive com a Deputada Luiza Erundina, a quem tive o prazer de receber em meu gabinete para tratar dessa matéria, que levarei essa questão ao meu partido.

Digo, inclusive, que o debate favorece, porque a primeira pessoa que ouvi falar aqui em plebiscito foi V.Exa. O mérito é de V.Exa. Eu evolui para esta sugestão pelas colocações que V.Exa. fez.

Recordo-me de que nós, em 1988,...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quando V.Exa. concluir, eu pedirei um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) -...fizemos um presidencialismo com cara de parlamentarismo. O plebiscito veio depois. Deveria ter vindo antes, a fim de a população decidir e o Congresso regulamentar de acordo com a manifestação popular.

Então, eu já defendo originariamente, não como consequência de não encontrar os três quintos. Entendo que a população deve ser ouvida não no referendo, porque pressupõe uma decisão antecipada do Congresso, mas num plebiscito, no qual o povo decide primeiro e depois o Congresso regulamenta. Exatamente acudindo ao que V.Exa., Deputado Alfredo Sirkis, demonstrou aqui com preocupação: de não encontrar os três quintos. Diante dessa dificuldade, partiria para uma solução mitigada: uma proporcional e outra majoritária, o que



descaracteriza. A minha contestação é nesse sentido. E a faço da forma mais nobre possível, respeitando a opinião de todos.

Eu não desejo ser Presidente não sendo membro e não podendo debater. Eu prefiro até a posição do debate à posição de Presidente. Aliás, disse ao meu partido que preferiria muito, se a competência fosse do PMDB, estar no lugar do Deputado Henrique Fontana, como Relator, a estar no lugar de Presidente. Os meus pares têm conhecimento disso quando fui convencido de que deveria assumir a Presidência. Mas isso por amor ao debate e por entender, com toda pobreza de minhas colocações, que eu tenho algo a contribuir.

É esse o meu raciocínio.

Concedo um aparte ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Meu aparte será ligeiro.

O plebiscito é fundamental porque o povo desconfiará de qualquer sistema feito por aqueles que, depois, vão disputar a eleição pelo sistema aprovado.

Já ouvimos aqui, em outras tentativas de reformas, a opinião pública perguntar se somos nós que estamos escolhendo o sistema pelo qual vamos nos candidatar.

Então, temos de ir a plebiscito. Por quê? Primeiríssimo, porque decidiram que temos de mudar de sistema eleitoral. Alguém decidiu que o atual sistema eleitoral não serve. Quem decidiu, eu não sei, mas o fato é que decidiu. Bom, já que alguém decidiu, é melhor perguntar ao povo se ele quer mudar mesmo o sistema eleitoral. Se quer mudar, para que tipo quer mudar.

Ora, a legitimidade para definir o procedimento pelo qual escolherá os seus representantes é do povo. Só o povo tem essa legitimidade. Não percebo outra forma de chegarmos à população e dizer que fizemos o melhor.

Outra coisa: não percebo também como organizar a maioria em torno de um sistema eleitoral.

O Deputado Serkis fez uma digressão sobre alguns sistemas. Inclusive, ele evolui de um para outro. Propõe até a opção entre dois, se não estou equivocado: um preferencial e outro alternativo. Vota-se em dois e depois soma. Uma coisa assim.



Meu caro Deputado Sirkis, sempre que caímos nessa história de votarmos em duas ou três coisas em relação ao mesmo tema, há deformação de resultados. Há autores que se dedicam a esses paradoxos matemáticos, sobre os quais já falamos — o mais famoso deles é o Paradoxo de Condorcet.

Sr. Presidente, penso que deveríamos, em primeiríssimo lugar, definir se vamos a plebiscito. Não sei se essa discussão seria cabível aqui, mas o povo receberia bem essa proposta.

O Deputado Sílvio Costa levantou a questão da ficha limpa. Não sei se esse é ambiente para um debate a respeito desse tema. Se for, temos de aprovar uma emenda constitucional para acabar com essa discussão: em vez de tratar o assunto como cláusula de inelegibilidade tratá-lo como condição de elegibilidade, como, aliás, são as condições de elegibilidade na Constituição de 1988. Se V.Exa. considerar que é assunto da Comissão, posso apresentar um trabalho por escrito, como também companheiros podem fazê-lo.

Parabéns a V.Exa., porque essa maneira de presidir — debatendo — é muito boa. Foi assim que fizemos a Constituição de 1988.

Obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado, Deputado Miro Teixeira.

O Deputado João Paulo Lima pede a palavra para um aparte.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente, pela ordem.

Desejo apenas informar a V.Exa., Sr. Presidente, que a bancada de Pernambuco, ontem, teve uma superagenda: com o Governador, com o Presidente da Assembleia, com o Presidente do Tribunal de Justiça, com o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e com o Presidente da OAB. Escutamos um pouco o sentimento deles em relação à reforma política.

Em síntese, a OAB de Pernambuco, articulada pela OAB nacional, vai promover uma série de debate. Senti que todos eles defendem, no mínimo, o mandato de cinco anos, sem reeleição, mas, acima de tudo, a coincidência das datas eleitorais. Há um grande sentimento com essa perda. Digo isso porque fui Prefeito por dois mandatos. Temos grandes dificuldades no período eleitoral.

Então, foi uma agenda, repito, extremamente positiva.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu concluí a minha fala.

Deputado Augusto Coutinho, V.Exa. pediu a palavra para um aparte ou por estar inscrito?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Por estar inscrito, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Um aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O Deputado considera-se inscrito, mas o Relator pede a palavra...

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, é só para comentar sobre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Seguirei a lista.

Portanto, o Deputado Augusto Coutinho está inscrito. Antes, fará uso da palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. está inscrito, mas na sua frente há outros inscritos. Farão uso da palavra, pela ordem de inscrição, os Deputados Danilo Forte, Alceu Moreira e Waldenor Pereira.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, demais companheiros, não pretendo enfocar o mérito do tema da reforma eleitoral, mas colocar uma preocupação que tenho sentido nesta Casa e no conjunto da sociedade com quem tenho conversado a respeito.

Há uma grande suspeita, por parte da sociedade brasileira, de que não chegaremos a lugar algum, de que não teremos capacidade para chegarmos a uma reforma política.

Quero aproveitar a oportunidade, rendendo-me à experiência e à sapiência do Deputado Miro Teixeira, que, com certeza, é um ícone nesta Casa, e também à do Presidente Almeida Lima, que tem uma experiência bem maior do que a minha no trâmite legislativo, para me referir a uma indagação anterior. O plebiscito, se esta Comissão o aprovar, ele de passar pela aprovação da Câmara e do Senado, porque somente a Câmara dos Deputados não tem condição de impor um plebiscito à Nação brasileira. Isso já implica o decurso de certo tempo, de certo prazo.



Paralelamente a isso, volto ao primeiro debate da bancada em relação à reforma política. Lá estava presente alguém que tem muita experiência quanto ao processo legislativo: o ex-Presidente desta Casa Michel Temer. E a grande preocupação que ele colocou foi exatamente a de não nos perdermos na abrangência da reforma política, termos uma reforma política mínima que correspondesse às expectativas da sociedade e que tivesse condições de ser aprovada por esta Casa o mais rápido possível.

Então, como sugestão, seria necessário pegarmos os pontos que podem ser tratados com maior agilidade, para que não nos percamos num debate sobre variados temas, que são muito importantes, e a fim de que tenhamos uma perspectiva real de chegar a uma conclusão.

O que, com muita sinceridade, exponho neste momento é a preocupação de não sermos protagonista de mais um fracasso de uma reforma política. Então, deveríamos buscar um consenso no que se refere a uma plataforma mínima e uma conversa entre as duas Casas. Essa tramitação do Senado Federal paralela à da Câmara dos Deputados confunde a opinião pública, confunde o processo legislativo. Ninguém tem clareza de como a tramitação se dará. Inclusive, já existem propostas em processo de votação, como o Deputado Miro Teixeira acabou de esclarecer, no que se refere ao “distritão”. Projeto de lei aprovado no Senado Federal já se encontra na Câmara dos Deputados, e ninguém tinha essa informação.

Então, isso vai ser feito por parte, vai ser feito em conjunto, vai ser feito harmonicamente? Precisamos ter clareza em relação à matéria, porque, até agora, eu pelo menos ainda não tenho.

E, a partir daí, devemos simplificar o processo para que possamos obter algum resultado. Do contrário, vamos transformar isso numa academia de sábios professores em reforma política sem nenhum poder conclusivo em relação ao que a sociedade espera de nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Deputado Almeida Lima, tenho participado da Comissão e confesso que, pode ser até pelo primeiro mandato, sofro uma angústia em relação a esse assunto.



Cada vez que estou aqui, percebo que milhões de brasileiros gostariam de participar de um processo eleitoral através do qual pudessem realmente eleger aqueles que desejasse.

O brasileiro consegue, na vida normal, pelo dinheiro que tem no bolso e pelo gosto que tem, eleger a casa, o carro, o aparelho TV que deseja comprar. A única coisa que deveria eleger, porque existe eleição para isso, ele não consegue: o representante. O atual modelo não permite que ele eleja. Ele até elege a pessoa, mas não tem a mínima noção do resultado que gera a escolha que fez. E isso ocorre porque o modelo que temos hoje não permite que ele tenha qualquer raciocínio crítico sobre a tese defendida pelo seu candidato, que compromisso tem o partido dele. Nesta Casa, os Deputados são absolutamente autônomas e ambulantes — eles andam por aí.

Mas eu ouço a respeito do falado plebiscito. Cá para nós, agrada-me o plebiscito. A questão toda é que, se ando pelos corredores da Casa e converso com os meus colegas Deputados, percebo que 90% deles, no mínimo, têm pouquíssima informação a respeito do sistema eleitoral. Não estou falando nem de reforma política, somente do sistema eleitoral. A reforma é muito mais ampla. Um plebiscito seria um reboiço geral. Imaginem colocar um tema complexo, sobre o qual não houve sequer um processo didático de convencimento e de explicação para se estabelecer o raciocínio crítico sobre o seu conteúdo. Que resultado teríamos desse plebiscito? Não estamos, a meu juízo, preparados para o plebiscito porque, pura e simplesmente, não temos condição de propor o que votar.

Esta Comissão, se evoluir em método, se evoluir no debate, apenas como debate acadêmico, como disse colega que me antecedeu, sequer vai apurar resultados, não chegará a objetivos claros.

Eu ouço, por exemplo, com apreensão, o seguinte: não pode ser lista fechada porque todos os problemas do atual sistema — e aqui há uma confusão de propósitos —, são simplesmente transportados e não se pode evoluir para outro. Raciocina-se em termos do que existe agora para dizer que o outro não serve. Ou seja, eu digo que o nível não presta porque só tenho o martelo. Mas eu só tenho o martelo porque não vou nivelar nada. A outra ferramenta é completamente diferente.



Em relação ao voto em lista fechada, dizem ainda que vai ser um problema do caciquismo ou coisa parecida. E se os partidos, como o meu, como o PT, como todos os outros que têm uma quantidade enorme de filiados antigos, fizessem uma eleição entre os filiados e a ordem dos candidatos fosse do mais votado entre os filiados? Aí, alegam: *“Não, ele vai comprar o filiado”*. Então, que se estabeleça que cada filiado vote, no mínimo, em cinco candidatos a Deputado Federal, por exemplo. O candidato pode comprar o primeiro porque era venal; o segundo, porque era o meu amigo; o terceiro, porque era parente da sua comadre. Mas o quarto e o quinto não pode comprar, não tem jeito. Há jeito de se resolver a questão da lista sem a influência de caciquismo.

Então, por favor, não deixem de tratar o doente porque a dose do remédio pode matá-lo. Eu não deixo mais fabricar cabo de violão porque não sei tocar. O que é isso?

A outra questão é o distrital misto. Esse é pior ainda. Não pode haver o sistema distrital misto porque não temos condição de dividir o País em regiões. Isso aqui é uma selva? Já não tem mais ruas, não tem limites? Foi possível descobrir o Brasil e fazer traçados. Agora, no século XXI, não é possível dividi-lo. Pelo processo de divisão, que é geográfico, técnico, há impossibilidade de definir o distrito. Ele não pode ser estabelecido porque o cidadão só pode votar de um lado da rua e não do outro. E daí?

Dizem que, no sistema de voto em lista, não será possível eleger aquele em que o eleitor votou. A maioria dos que estão aqui não tem o voto de quem ele votou. Ele votou em outro, e a maioria foi eleita pela legenda. Eleitores votaram em candidato do PCdoB e elegeram do DEM. Isso é uma beleza. Esse sistema é uma coisa fantástica. Votei no PCdoB, numa coligação, e elegi o DEM. Eles pensam rigorosamente igual. É uma beleza. Tenham a santa paciência!

O Dr. Michel Temer, Presidente do meu partido e Vice-Presidente da República, que merece o meu respeito e tem direito a ter opinião com relação ao processo, diz que é favorável ao “distritão”. O Deputado do meu partido e presidente da Comissão diz que é favorável ao “distritão”. Porém, o PMDB jamais se reuniu para discutir essa questão. Portanto, não é verdade dizer que o PMDB pensa assim. Ninguém se sabe por onde anda a maioria.



Eu acho — aliás, achar é um direito de todo mundo, mas é longe de ter certeza — que o voto distrital misto pode evoluir aqui. E, mais do que isso: o sistema que pode evoluir nesta Casa é um sistema de travessia.

Estamos num sistema tão anárquico que não conseguimos viajar para o sistema ideal no meio do processo. Teremos de provar do sistema. Caso aprovemos o distrital misto, na segunda eleição, o voto do distrital já começa a ser criticado, porque o candidato vai quer seu nome na lista. Como muitos pagaram caro pelo distrito e não se elegeram, acham melhor o conforto da lista.

Então, eu tenho o direito de evoluir nessas duas propostas que parecem antagônicas, mas que podem conviver harmonicamente: o voto distrital misto. Mas eu me refiro ao voto distrital misto clássico. O voto distrital misto com lista fechada e "distritão", não sei como fazer, porque acho que, no sistema eleitoral, dois pontos são fundamentais: discutir o jeito de votar e o jeito de financiar.

Como se faz financiamento público exclusivo de campanha no "distritão"? Não sei. Aí, vota-se em quem tem mais dinheiro, em quem jogava no time mais famoso, em quem veio do circo mais famoso. Vamos eleger desse jeito de novo?

Proponho que evoluamos para o voto distrital misto clássico. Que num cenário como este, que é um laboratório de proposição de política pública, de solução de vida para as pessoas, não nos prendamos a empecilho menor, divisão geográfica dos distritos. Essa argumentação é pobre. Há outras mais ricas para não se querer o voto distrital misto.

Sou favorável ao voto de lista fechada. Evolu para o distrital misto — porque é isso o que transita a grande maioria desta Casa e contempla os dois lados — como travessia para, mais tarde, realizarmos um plebiscito. Assim, tendo provado dos dois sistemas, o povo poderá decidir qual é o melhor para o País.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Waldenor Pereira, ratificando o que o Deputado Alceu Moreira disse em relação ao PMDB: o PMDB não tem decisão alguma a respeito.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente de revelar minha preocupação a respeito de muitas resistências que



colegas Parlamentares têm apresentado em relação às diversas propostas que estão sendo apresentadas nesta Comissão. O distrital misto não pode por isso ou por aquilo; a lista fechada é difícil de ser viabilizada, tendo em vista a experiência eleitoral brasileira; é impossível pensar no fortalecimento da democracia direta estabelecendo uma nova regulamentação ao plebiscito, à iniciativa popular etc.

Quero, Sr. Presidente, colaborar com o debate chamando a atenção dos colegas para o fato de que estamos reunidos para reformar a maneira de fazer política, para reformar o exercício da política.

O que é política? A política foi concebida pelos gregos como a atividade humana responsável pelo bem comum, como a atividade humana responsável pela coordenação, administração e regulação das relações sociais.

Os gregos, quando concederam a política, pensaram nessa atividade humana como algo capaz de dirimir os conflitos de forma não beligerante.

Chamo a atenção para política do ponto de vista conceitual, inicialmente, para dizer que toda a legislação política, na verdade, busca o melhor relacionamento possível entre o Estado e a sociedade. À sociedade cabe organizar o Estado. A sociedade não só organiza o Estado, mas também delega a ele a tarefa de exercer o poder para o cumprimento da tarefa de administração, de regulação, de coordenação das relações sociais.

Portanto, a reforma política é necessária ou se apresenta como necessária quando a sociedade se mostra insatisfeita com o papel que o Estado está cumprindo na delegação do poder para cumprir essa tarefa.

A Constituição Brasileira é muito clara quando enuncia *que* todo poder emana do povo e em seu nome é exercido, destacando a importância que tem a política para a organização da sociedade, mas a política exercida como delegação da sociedade.

Então, Sr. Presidente, como já afirmei em outra oportunidade, a expectativa da sociedade brasileira é pela aprovação por este Congresso Nacional de uma reforma política democrática, ampla e participativa. Se assim não acontecer, na minha opinião, estaremos aprovando uma reforma restrita e frustrando as expectativas da sociedade brasileira.



Nesse sentido, é imprescindível que incluamos no debate a ampliação dos mecanismos de democracia direta. É fundamental que aprovemos uma nova regulamentação do plebiscito, da iniciativa popular, do referendo, como instrumentos que ampliem a participação do povo brasileiro no exercício da boa política, da política pautada nos princípios republicanos. E, da forma como hoje está expresso o art. 14 na Constituição, fica muito restrita a participação do povo no exercício da boa política, da política decente, nobre, indispensável à sociedade.

Para concluir essa introdução, quero chamar a atenção desta Comissão para o fato de que, se não nos ativermos à necessidade de reformar a política e mudar a forma de fazê-la, estaremos frustrando a sociedade. E, ao invés de recuperarmos a imagem do Poder Legislativo perante sociedade, poderemos, ao contrário, ampliar, infelizmente, ainda a péssima avaliação que a sociedade faz dos trabalhos que o Congresso Nacional neste momento vem desenvolvendo.

No que diz respeito ao sistema eleitoral, quero afirmar a posição do meu partido, já defendida pelo eminente Relator, Deputado Henrique Fontana, e também pelo Deputado Rubens Otoni, quanto à defesa da lista fechada e do financiamento público como condições imprescindíveis para fortalecer a organização partidária, para debelar a corrupção eleitoral, para exercer a política a partir de projetos e de programas e não do culto à personalidade, como, infelizmente, ainda predomina no sistema eleitoral.

Essas são as minhas considerações e colaborações para o debate.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa., nobre Deputado Waldenor Pereira.

Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, serei breve.

Primeiro, as observações que temos ouvido aqui apontam na direção de uma frustração grande, de um pessimismo enorme e da falta de condição para se construir consenso em torno de algumas coisas.

Por que estou dizendo isso, Sr. Presidente? Para propor a V.Exa. que implemente aquele procedimento que já anunciou à Comissão, o de encaminhar o



máximo de audiências públicas nos Estados para ouvir a população. O atual processo tem de diferente esse componente, essa variável.

Lamentavelmente, o Senado não foi sensível para isso, ao contrário desta Comissão. Não temos de nos prender ao prazo de 180 dias. Temos que nos colocar — não protelando a decisão, mas ela não pode ser tomada aprioristicamente —, a partir de uma realidade condicionada por interesses legítimos, que precisam ser aferidos na fonte do poder, o povo, como o Deputado Waldenor Pereira destacou. Então, vamos levar essas propostas para as audiências públicas.

A ideia do plebiscito deve ser uma bandeira que esta Comissão deve abraçar e levar para a sociedade. Às vezes, subavaliamos o nosso povo, achando que ele não entende certas matérias complexas. Não, ele tem mais isenção para decidir essas questões do que nós. Estamos influenciados pela lógica eleitoral, o que nos vai favorecer e o que não vai. Isso é legítimo também.

Então, qual o fator que vai nos ajudar superar esse sentimento de frustração e de pessimismo, que é muito ruim? O pessimismo, o desânimo, o desalento é reacionário, conservador. Não nos ajuda a avançar.

Então, Sr. Presidente, a minha proposta é que se implemente imediatamente essa agenda de audiências públicas. Vamos para os Estados, com a participação e o envolvimento dos Parlamentares, das entidades da sociedade civil. Estão aí a Frente Parlamentar Mista e dezenas de entidades nacionais que têm ideias, que têm propostas, que têm uma visão crítica do que acontece nesta Casa e mais ainda no Senado. Não pensem que a sociedade está assistindo passiva e acriticamente ao que acontece no Senado, anunciando decisões que sequer passaram pelo Plenário daquela Casa e muito menos pelo Plenário desta Casa.

Então, Sr. Presidente, V.Exa. está correto. Vamos implementar essa agenda de audiências públicas. Vamos acreditar que o povo é capaz de entender as coisas e decidir. E a melhor proposta, a meu ver, em relação ao que viemos a construir de consenso com o povo, é o plebiscito. Com isso, não vamos chorar, mais uma vez, o leite derramado e nos frustrar em torno de qualquer proposta política que sair desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Daniel Almeida) - Por conta da tese de V.Exa. — eu já estava para anunciar ao Plenário, e o farei agora, pela oportunidade,



e, logo a seguir, concederei a palavra ao Deputado Carlos Alberto —, marcaremos uma reunião com os representantes partidários para amanhã, às 14h30min, a fim de elaborar a agenda de visita aos Estados a ser aqui apresentada na próxima quinta-feira. Na quinta-feira, teremos, às 9 horas, sessão de audiências pública. Nela, anunciaremos a decisão, isto é, o encaminhamento que nos vão propor amanhã, às 14h30min, os representantes partidários.

O SR. DEPUTADO DR. CARLOS ALBERTO - Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. está inscrito para falar logo a seguir. É que ele está pedindo pela ordem. Permita-me.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - É só para saber os que estão inscritos pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Luiz Alberto. E, logo a seguir, falarão os Deputados Henrique Fontana, Daniel Almeida, Rubens Otoni, Augusto Coutinho, Luiza Erundina, Ricardo Berzoini e Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Luiz Alberto sou eu, Sr. Presidente. Sou eu o próximo inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Perdão. Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, quero retomar um debate aqui posto pela Deputada Erika Kokay, mas considerando também o que disse a Deputada Erundina.

Já existe um debate na rua, e não de agora. Na Legislatura passada, já existia a Frente Parlamentar em defesa de uma reforma política participativa, popular, e perdemos a oportunidade de aprovar uma tese que os partidos de Esquerda defendíamos, a convocação de uma Constituinte exclusiva para debater a reforma política, dada a importância dela para a vida nacional.

No entanto, o que me preocupa, Sr. Presidente, é que em todas as propostas de reforma do sistema eleitoral, de reforma partidária apresentadas não se discute a composição das Casas legislativas, particularmente do Congresso Nacional; o que



me preocupa é que façamos uma reforma, nos limites em que ela possa ocorrer, e não atingir o objetivo que considero principal, o da democratização da política.

Eu me sinto nesta Casa quase que um solitário. Ontem, na Bahia, participei de um debate com o Prof. Márcio Pochmann, Presidente do IPEA, que levantou alguns dados e falou sobre reforma política. Recentemente, recebemos no País o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. E a imprensa e todo mundo dizem que é o primeiro negro eleito Presidente Estados Unidos etc., mas pouca gente sabe que a população negra americana constitui de 12% a 13% da população geral daquele país e que a representação dessa população é exatamente de 12% a 13% nos Parlamentos dos Estados Unidos.

No Brasil, segundo o último censo IBGE, 52% da população brasileira se autodeclarou negra ou parda, ou seja, 52% da população é negra no País.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Pois não, Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Quero acrescentar ao que V.Exa. está dizendo que, na tal da minirreforma eleitoral que foi feita na Casa em passado recente, se tentou incluir que os negros e as negras que viessem a candidatar registrassem sua raça.

A Comissão que conduziu os trabalhos vetou essa possibilidade, para que os negros não pudessem ser configurados e candidatos não dissessem: "*Temos tantas candidatos negras*". Por quê? Eles declararam — eu não intui isso — que era para que depois os negros quisessem cotas.

Veja o nível de discriminação racial que existe neste País! V.Exa. tem toda a razão. Existe uma sub-representação de mulheres, que somam mais de 50% da nossa população, porém mais sub-representados são os negros e as negras, que são menos de 4% no Parlamento. Não se pode dizer que existe democracia neste País.

Desculpe-me ter tomado o tempo de V.Exa., mas essas são questões tão contundentes, Sr. Presidente, que, ou as assumimos questões e levamos a sociedade a discuti-las, ou estamos brincando de reforma política nesse esforço sério que estamos tentando fazer aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Obrigado, Deputada Erundina.



Sr. Presidente, para concluir. A ideia que se tem no nosso País, e é reproduzida na nossa sociedade, é que os países do Ocidente e do hemisfério norte são os desenvolvidos. Quando a Deputada Erika Kokay estava falando, eu lembrava que a maioria dos países africanos têm na composição de seus Parlamntos significativo número de mulheres, chegando alguns deles a ter maioria de mulheres na composição de seus Parlamntos. Alguns países europeus e sul-americanos, como é o caso da Colômbia, já constituíram legislação que estabelece na composição da Casa Legislativa vagas para segmentos sociais sub-representados.

Portanto, esse é um debate que não pode passar ao largo desta Comissão. A reserva de vagas, as chamadas cotas, sofre uma resistência é real porque o Supremo Tribunal Federal vai julgar daqui a pouco tempo a questão das cotas nas universidades. O Ministro Levandovsky fez uma série de audiências públicas e ficou demonstrado que a sociedade as aceita. O problema não é a sociedade, mas as lideranças políticas conservadoras que influenciam na composição econômica.

O poder econômico eu vi hoje agindo na Esplanada dos Ministérios, quando tentava — legitimamente — pressionar o Congresso Nacional a votar o Código Florestal. esse mesmo poder econômico que influencia e compõe o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, se aprovarmos a lista fechada — concordo com a Deputada Erika Kokay —, há que se pensar em construir uma lista alternada com autodeclarados negros e negras, homens e mulheres, para que ela expresse a composição da sociedade brasileira.

Fora disso, tenho debatido, com os movimentos, a possibilidade de apresentar uma PEC que estabeleça a composição do Congresso Nacional. No caso do Senado é mais complicado. porque é voto majoritário, mas no caso da Câmara dos Deputados, não; podemos reservar um percentual de vagas na Câmara dos Deputados e obrigar os partidos a disputar essas vagas, porque o que foi aprovado em relação às mulheres não modificou a composição de gênero nesta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, minha expectativa é no sentido que V.Exa. anuncie na próxima reunião o calendário de visita aos Estados, para que a sociedade e os movimentos possam se manifestar e apresentar proposta semelhante a que estamos defendendo nesta Comissão.



Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a manifestação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Quero manifestar minha discordância quanto à presença do poder econômico na Esplanada. Essa é uma questão ideológica, não é de reflorestamento, não é do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Primeiro, Sr. Presidente, volto a cumprimentar os colegas.

E quero sempre colocar uma preliminar. Quando falamos — e o Presidente colocou muito bem a questão: o Presidente exerce a função de Presidente, e nós dois, o Deputado Rubens Otoni e eu, uma correlatoria —, separamos as posições pessoais da nossa capacidade de ouvir e tentar compor um parecer que tenha condições de para ser aprovado na Comissão.

Quando eu aqui expressar opiniões como vou fazer agora, não quer dizer que no parecer vou colocar essas posições. Ao contrário, tenho que estar aberto para compor uma maioria capaz de aprovar o parecer.

Minha primeira convicção é a de que o País quer uma reforma política. Não sabemos qual o sistema ideal — aliás, sistema ideal não existe. Conhecemos bem os limites, as fragilidades e as necessidades do sistema atual, um sistema muito limitado do ponto de vista democrático.

Quando meu colega Luiz Alberto fala sobre democratização da política, não tenho dúvidas de que, se numa a prova de múltiplas escolhas me perguntassem como democratizar a política, eu marcaria tranquilamente: *“Financiamento público exclusivo de campanha.”*

Hoje, de fato, boa parcela da sociedade nem sonha com a possibilidade de concorrer a Deputado Federal porque sabe quanto custa as campanhas e que não tem nenhuma condição de competir por uma vaga no Congresso Nacional.

O financiamento público que torna mais igual a concorrência entre diferentes ideias e posições é o pilar central, na minha opinião, que devemos perseguir na reforma.



Como hoje o debate é sobre o sistema eleitoral, primeiro vou repetir algo que os colegas da Legislatura já sabem: sou um defensor ardoroso da votação em lista, mas não quer dizer que não esteja aberto para encontrar caminhos intermediários, se for o caso.

Por que defendo a lista? Porque tenho a convicção de que ela fortalece o voto do cidadão, ao contrário do que diz, às vezes, o eleitor comum. *"Eu não vou mais poder votar no Deputado que eu quero."* Não, ele vai poder votar em dez Deputados, aquele de que mais gosta e, além desse, vai ver se a lista de que esse Deputado faz parte merece sua confiança. Então, o seu voto tem mais força quando é direcionado para uma lista.

Segundo, defendo que a lista seja composta, na linha do meu companheiro Alceu Moreira, pelo voto secreto dos filiados do partido e que não seja um voto único. Eu até pensava em três votos para cada filiado, para evitar a fidelização direta: *"João, vai lá para votar em Henrique Fontana para ele ser o primeiro da lista."* Não. João, filiado ao PT no Rio Grande do Sul, gosta da atuação de três ou quatro Deputados do PT e entrega o seu voto a esses Deputados.

Isso incentiva algo nobre na sociedade, que mais pessoas se filiem a partidos políticos. As pessoas que querem participar mais intensamente da formação da lista vão votar duas vezes: vão votar no dia da escolha da lista do seu partido e no dia da eleição. Então, isso vai atrair mais gente para participar do processo; tanto assim que esse sistema é aplicado em diversos países.

Não é a minha posição pessoal, mas como ouvi aqui diversas manifestações a respeito, quero deixar um para a reflexão de todos nós, das pessoas que estão acompanhando este debate: por que não podemos pensar num sistema em que o eleitor tenha dois votos para Deputado Federal? Primeiro, ele vota na lista do partido; depois, vota no Deputado de sua preferência, cujo nome consta também da lista. E isso no sistema proporcional. Não quero falar porque o tema, porque tempo não me permite falar a respeito. Há quem defenda a distritalização, mas entendo que deve ser proporcional, porque se formos por esse caminho vamos ter um longo trabalho para definir distritos etc. Num exemplo hipotético, se um Estado elege 40 Deputados Federais, 20 vão ser eleitos pela lista pré-ordenada democraticamente



pelos partidos e 20, os mais votados, vão ser eleitos pela proporção de votos que os partidos fizeram.

Por exemplo, se a Deputada Luiza Erundina está na lista do PSB em São Paulo como a primeira da lista e se, pelo voto nominal, também foi a mais votada, ela já conquistou a sua vaga como a mais votada e abre uma vaga para aquele que está em segundo lugar na lista.

Assim, o eleitor é levado a dar um voto mais pleno.

O voto em lista garante tudo isso. Mas acho que vale a pena a Casa refletir sobre essa hipótese. E isso seria dentro do Estado como um todo.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - E o financiamento público, como ficaria?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Financiamento público exclusivo. Financiamento público exclusivo porque ...

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - No "distritão"?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Não seria distritão. Teríamos um voto proporcional na metade, como é hoje, mas não haveria propaganda individual dos candidatos. Qual é o nível de politização a que o eleitor é levado quando saímos na rua e vê fotos e cartazes de todos? Que nível de politização tem o cidadão? Como ele fiscaliza? Como ele pode escolher mil candidatos quando sai pelas ruas? Não é possível. Se eu faço parte de uma lista, eu tenho um programa para defender, o programa daquele partido defende isso, defende aquilo etc.

Assim, fortalecemos o pilar da democracia, a organização coletiva, porque mesmo que seja respeitável a frase que ouvimos com frequência, Sr. Presidente: *"Eu voto no homem"* — ou voto na mulher, se for o caso — *"porque é a pessoa que resolve"*. É importante escolher a pessoa certa, mas nenhuma pessoa resolve sozinha os desafios de um país. Temos de ter um grupo organizado que faça alianças, que componha o Governos, que indique os responsáveis para a implementação das políticas.

Por isso, que eu penso que nós devemos, sim, dar ritmo. Tenho enorme respeito por quem defende um plebiscito para uma reforma como essa. Eu defendo que, na reforma, nós coloquemos mais plebiscitos, mais referendos, que fortaleçamos a democracia participativa, mas não sou a favor de um plebiscito para



aprovar a reforma política. Na minha opinião, seria praticamente sepultar a reforma política. Não teríamos como compor uma proposta para debater — e eu defendo o foco em cinco ou seis assuntos; já falamos sobre isso e o Sr. Presidente até apresentou um programa. Temos de assumir essa responsabilidade para a transição. Temos de ouvir a sociedade, temos de debater com a sociedade, temos de exercer nossa representação, temos de aprovar um parecer, submetê-lo ao Plenário e implantar um sistema político melhor do que o atual — não o ideal, porque este não existe — com mediações entre nós. Se o PT, o PCdoB ou o PMDB quiserem fazer exatamente a sua reforma, não sai reforma nenhuma. Cada um soma 80 votos aqui, 70 lá, cem acolá, não se muda nada, e nós iríamos para mais uma eleição neste caótico sistema em que estamos, que está cada vez mais longe da democracia, porque o acesso de setores sociais à disputa em eleições está realmente cada vez mais restrito.

Eu acredito que temos capacidade, nesta Comissão, pela experiência aqui reunida, de colocar num relatório cinco, seis, sete pontos que mexam na política brasileira e recebam o respaldo da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa., nobre Deputado Henrique Fontana, as palavras.

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Eu poderia dispensar a minha intervenção porque tenho absoluta concordância com as opiniões formuladas pelo Deputado Henrique Fontana, que tem muita lucidez. Falou com extraordinária veemência e clareza. Eu penso assim também. Nós não devemos ser pessimistas em relação à reforma.

Penso que nós temos um caminho a percorrer que ainda não experimentamos, que são as audiências públicas. Elas podem mobilizar a sociedade nos Estados. Nós deveríamos realizar esse esforço o mais rapidamente possível. Já aconteceram nesta Casa audiências públicas de bom nível, de impacto, com boa repercussão. Devemos ir aos Estados. Inclusive, já solicitei que possamos ir à Bahia. Há um requerimento de nossa autoria a respeito. Vamos discutir isso amanhã na reunião com as representações partidárias.



Há um consenso entre nós. O mais otimista quanto ao modelo atual afirma que é preciso fazer profundos ajustes. Os mais incisivos pensam em fazer uma revolução, uma reforma profunda nesse modelo, devido ao esgotamento que estamos verificando.

Não vamos realizar a reforma ideal. Não vamos fazer aquilo que está na cabeça de muitos de nós ou o que é expectativa de parcela da sociedade. O tema é complexo, é árido. Não é fácil fazer uma reforma de maior profundidade. Estamos numa fase de propaganda, de informação, de debate, o que é absolutamente salutar. Eu não descarto a possibilidade de que haja consulta popular, plebiscito, referendo. Podemos ver isso. A reforma precisa ter esse caráter democrático, enxergar a sociedade brasileira, o seu perfil. Ela é um mosaico. A reforma deve abordar as desigualdades que estão refletidas nesta Casa, no Congresso, deve considerar a presença da mulher.

Desde logo defendemos que haja lista preordenada, e com alternância de gênero. Essa é uma posição da bancada do PCdoB. Aliás, estamos muito à vontade para defender isso, porque sempre houve em nossa bancada expressiva presença de mulheres. E isso não ocorre só na bancada da Câmara dos Deputados. No Senado contamos com dois Senadores, um homem e uma mulher. Na Câmara temos uma bancada expressiva, bem como em outros espaços do Parlamento e da vida institucional. O PCdoB sempre trabalhou com muita atenção, com muito cuidado em favor desse espaço da mulher.

Eu não acho possível tratarmos de uma reforma sem analisar o perfil de setores que são discriminados: os negros, os trabalhadores. Então, precisamos considerar caminhos que possibilitem maior democratização dos espaços políticos em nosso País. E acho que isso só se faz com amplo debate, com forte participação popular, com a máxima percepção possível pela sociedade do significado dos espaços e dos caminhos dessa reforma política.

Para não se dizer que não falamos do mérito do que já foi debatido aqui, afirmo a posição de defesa do financiamento público exclusivo de campanha. Acho que esse é um passo fundamental que nós podemos dar. Há uma evolução nesta Casa quanto à compreensão do financiamento público. Mas há diferenciações. Alguns acham que pode não ser exclusivamente público, que se pode começar



financiando as campanhas majoritárias e, após determinado tempo, numa transição, seriam financiadas outras campanhas. Existem várias teses. Eu penso que podemos evoluir para o financiamento exclusivo de todas as campanhas eleitorais, como já foi sugerido aqui em debates anteriores.

Eu acho que esse é um grande passo, devemos perseguir esse objetivo. Já seria um grande avanço, porque o financiamento hoje é o grande gargalo. Muita gente não entra na campanha porque não tem a mínima condição de participar dela. No atual modelo, está preliminarmente excluído desse processo de disputa eleitoral.

Como eu disse, defendo a lista preordenada, mas com alternância de gênero. Isso é possível. É possível se fazer uma lista preordenada.

Defendo também a manutenção das coligações. Eu vejo muita gente dizer: *“Não, são as coligações que dificultam a definição das bancadas. Essas coligações acabam produzindo um ambiente promíscuo”*. Não é isso. O problema não são as coligações. As coligações permitem, não impõem, autorizam. É um casamento em que casa quem quer. Não há obrigação de fazer coligações. Elas são facultativas. Está aberta a coligação. Se não se quer fazer a coligação, não se faz a coligação.

É impossível fazer coligação com lista preordenada? Não, não é impossível. Pode-se fazer. Dois partidos podem se juntar e definir na convenção, com entendimento político, a ordem de cada partido na lista. A opção pode ser mista, voto na lista e voto individual, o que eu acho que pode ser um caminho a ser adotado. Eu defendo a lista preordenada, mas pode ser um caminho, pode ser uma concessão que devemos fazer. É possível também se fazer a coligação e se ter a garantia da presença dos partidos que estão coligados, nesse voto individual.

Portanto, não há contradição quanto a financiamento público. Aliás, facilita o financiamento público e a existência da lista preordenada.

Sr. Presidente, nas audiências públicas que estamos realizando aqui e nas que vamos realizar lá fora, já temos algum acúmulo, produzido aqui, algum debate. Nós já podemos apresentar ideias, opiniões, posições que permitem ampliar, na sociedade, na mídia, o debate sobre o modelo do nosso sistema eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho.



O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, aviso que está havendo votação nominal. Vou ter que me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, serei breve. Eu tenho participado de todas as reuniões e dos debates desta Comissão. Tenho percebido que todos os Deputados entendem que é necessário que haja reforma política. A sociedade espera isso. Esta Casa é cobrada em relação a isso a todo momento. Sabemos que é um tema complexo, sabemos que não é fácil encontrar encaminhamentos. Agora, o que me preocupa, Sr. Presidente, é a questão, tratada aqui hoje, do plebiscito. É natural que esta Comissão tem ampla legitimidade...

Sr. Presidente, estou vendo que todos os colegas estão saindo. O tema que vamos apresentar é importante. Eu queria que já ficassemos inscritos para falar na próxima reunião, a fim de que possamos abordar esse assunto. Preocupa-me muito esse encaminhamento do plebiscito. Acho que podemos ir por um caminho que inviabiliza completamente essa reforma política. Um referendo é algo racional, ouçamos a população, mas, se caminarmos para um plebiscito, depois de tanta cobrança que a sociedade vem fazendo em relação a esta Casa, não chegaremos a lugar nenhum, no meu entender. Seria feito um plebiscito para perguntar o quê? Se o cidadão é a favor da lista aberta, da lista fechada, do voto distrital, do distrital misto, do distritão, do voto fechado, da reeleição, do voto facultativo? Enfim, é um tema ao qual nos precisamos dedicar.

Eu gostaria, Sr. Presidente, levando em conta que agora está esvaziada esta audiência, de já ficar inscrito para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Augusto Coutinho, a Ordem do Dia está acontecendo no plenário da Casa, está havendo votação nominal. Por isso peço compreensão.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Eu sei. Daí minha proposta de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Quero pedir a compreensão dos demais no sentido do encerramento da sessão, mantendo-se os inscritos.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Perfeito. Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Solicito a V.Exa. que nos passe a lista de inscrição, na ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deferido.

Deputados Ricardo Berzoini, Efraim Filho, Alfredo Kaefer, Ronaldo Benedet e Rosane Ferreira.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, quero reiterar o pedido para que essa lista seja estendida para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deferido.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, convocando para a próxima quinta-feira, às 9 horas, reunião de audiência pública e para deliberação de requerimentos.

Está encerrada a reunião.